



GALERIA TEOLÓGICA

Revista Teológica Online
galerieateologica.ft.edu.br

Faculdade Luterana de Teologia
www.ft.edu.br

Este artigo é parte integrante da Edição v.1, n.1, 2020

ISSN 2595-1971

DOI 10.25188/FLT-GaleriaTeologica(ISSN2595-1971)v1.n1.2020.p109-135

Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 internacional



A CRÍTICA DA CRÍTICA:

APORTES DA HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA PARA A INTERPRETAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO

RUBIA TAMARA GRINGS KREITLOW

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 111 |
| 1 OS PRIMEIROS PARADIGMAS DA HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA..... | 112 |
| 1.1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS..... | 112 |
| 1.2 POSITIVISMO | 113 |
| 1.3 HISTORICISMO | 115 |
| 2 A ESCOLA DOS ANNALES..... | 119 |
| 2.1 O PROGRAMA DA ESCOLA DOS ANNALES | 119 |
| 2.2 A REVISTA DOS ANNALES | 121 |
| 2.3 BLOCH E FEBVRE: A PRIMEIRA GERAÇÃO | 121 |
| 2.4 BRAUDEL: A SEGUNDA GERAÇÃO | 124 |
| 2.5 NOUVELLE HISTOIRE: A TERCEIRA GERAÇÃO..... | 125 |
| 3 HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA E INTERPRETAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO..... | 127 |
| 3.1 CONTRIBUIÇÕES DOS PARADIGMAS POSITIVISTA E HISTORICISTA E DA ESCOLA DOS ANNALES PARA A PESQUISA NEOTESTAMENTÁRIA | 127 |
| 3.2 A HISTORICIDADE DOS TEXTOS NEOTESTAMENTÁRIOS..... | 129 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 133 |

INTRODUÇÃO

A interpretação dos textos do Novo Testamento é uma prática que acompanha os cristãos desde sua redação. Quanto mais distantes do período de escrita, maior foi se mostrando a dificuldade de interpretá-los. Durante a História da Igreja, vários métodos foram desenvolvidos na tentativa de compreendê-los. Alguns destes métodos destacaram a pesquisa histórica destes textos como fator fundamental para sua compreensão. Mas sempre houve aqueles que não consideraram a importância do fator histórico, valorizando uma interpretação apenas “espiritual” dos textos. O presente trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a importância da consciência do intérprete em relação à historicidade dos escritos neotestamentários e de seu próprio condicionamento histórico na abordagem dos mesmos.

Esta reflexão se dará com base no diálogo com a historiografia científica, especificamente com os paradigmas positivista e historicista e com a Escola dos *Annales*. A partir da análise das contribuições que a historiografia científica pode trazer à pesquisa dos textos do Novo Testamento, principalmente por demonstrar a importância do estudo do contexto histórico destes textos, é realizada uma breve análise de como este tema tem sido observado ao longo da História da Igreja, principalmente pelo método histórico-crítico.

Desta forma, em um primeiro momento são apresentados os dois primeiros paradigmas da historiografia científica, o Positivismo e o Historicismo. Busca-se identificar a teoria que os fundamenta e apresentar os principais nomes que se destacam em cada um deles.

No capítulo seguinte, após o esclarecimento da diferença entre paradigmas e escolas, o programa da Escola dos *Annales* é apresentado. Em seguida, são abordados seu surgimento e desenvolvimento de acordo com as gerações que a compõem.

As contribuições que a historiografia científica pode proporcionar ao estudo dos textos do Novo Testamento são destacadas no quarto capítulo. Além disto, é abordada de forma breve a maneira como, no âmbito da Teologia, a historicidade destes textos foi percebida desde a patrística até a modernidade, com destaque ao método histórico-crítico.

Nas considerações finais, capítulo em que as percepções da autora se evidenciam de forma mais explícita, não se busca apenas uma síntese dos resultados da pesquisa, mas principalmente demonstrar a relevância da pesquisa para a história da própria pesquisadora.

A pesquisa foi realizada a partir de recursos bibliográficos. Os capítulos dois e três são fundamentados principalmente a partir da coleção *Teoria da história*, de José D’Almeida Barros. Ao lado dos livros que compõem esta coleção foram consultadas, sempre que possível, as obras dos historiadores citados. No último capítulo, o breve apanhado histórico foi realizado com base em alguns artigos, e a abordagem do método histórico-crítico teve como principal fonte de consulta o livro *Exegese do Novo Testamento*, de Uwe Wegner.

1 OS PRIMEIROS PARADIGMAS DA HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA

O surgimento da historiografia científica se dá, conforme explica Barros, a partir de uma série de conflitos, rupturas e permanências, continuidades e descontinuidades. A partir do embate entre concepções conflitantes advindas, por um lado, do Iluminismo (que fundamentam o Positivismo), e por outro, do Romantismo (adotadas pelo Historicismo), surge a historiografia do século XIX, que a partir de então se postulará como científica.¹ Além disto, o choque entre a busca por objetividade, que passa a caracterizar os esforços dos historiadores, e “o incontornável reconhecimento da ‘subjetividade’ humana”² é outro aspecto característico da historiografia que se desenvolve. Há ainda os diferentes enfoques advindos dos filósofos da história, que a partir de uma compreensão teleológica influenciaram o pensamento histórico até então, e dos novos teóricos da história voltados ao estudo do mundo humano sem a preocupação em refletir sobre o fim da história. A seguir, serão apresentadas brevemente algumas questões em torno do desenvolvimento da História até o surgimento dos dois primeiros paradigmas da historiografia científica que serão abordados na sequência.

1.1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

A História ou historiografia pode ser caracterizada como “campo de conhecimento ou prática disciplinar”³ cujo objeto de estudos é a história.⁴ Como prática de pesquisa e registro de acontecimentos ela ocorre há milênios.⁵ Mas a partir do final do século XVIII surge um novo padrão. Conforme explica Barros, a historiografia “passa a ser considerada como uma forma de conhecimento entre outras no quadro geral de disciplinas que aspiram à racionalidade e cientificidade”.⁶ Racionalidade e método passam a regular a relação entre historiografia e história e se destaca a importância da objetividade nos procedimentos metodológicos. A busca por objetividade é evidenciada pela preocupação dos historiadores em fundamentar suas reflexões em evidências e refutar especulações sem base empírica. Os vestígios e evidências deixadas ao longo dos anos pela ação humana passam a ocupar um lugar central na produção do conhecimento histórico.⁷

Nos séculos anteriores ao surgimento da historiografia científica, várias filosofias da história⁸ foram escritas. Estas filosofias, de cunho mais especulativo, apresentam a preocupação com o “sentido da história’, com a possibilidade de pensar o progresso humano no decurso da história, ou com a necessidade de entender a lógica imanente ao desenvolvimento histórico”.⁹ Elas têm em vista o desenvolvimento da história na direção do futuro, tanto que muitos filósofos teriam especulado a respeito de seu fim.

1 Cf. BARROS, José D’Assunção. **Teoria da história**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, v. 2, p.14.

2 BARROS, 2014, v. 2, p. 15.

3 BARROS, 2014, v. 2, p. 30.

4 Barros diferencia História de história, sendo que a primeira se refere ao campo de conhecimento, ou seja, à historiografia e a segunda aos “processos e eventos efetivos que se deram na vida real, e os quais os historiadores tomam para análise em seus trabalhos historiográficos”. BARROS, 2014, v. 2, p. 44.

5 De acordo com Barros, Heródoto (484-420 a.C) é considerado o “pai da História” por ser o primeiro a escolher autonomamente a reflexão sobre a história. Antes dele já existia o discurso organizado sobre acontecimentos, o que remonta a monarquia de Akkad (2270-2083 a. C), mas os encarregados desta função eram escribas instituídos pelo poder político. Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 31. Barros ainda destaca que Heródoto enfatiza o conhecimento do humano e finito, diferente da filosofia que busca “verdades eternas em uma realidade atemporal”. Para Heródoto o objeto de investigação era o passado. Assim, o tempo começou a aparecer como elemento imprescindível para o estabelecimento da identidade da História. Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 38-39.

6 BARROS, 2014, v. 2, p. 52.

7 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 56. Na época dos gregos antigos a História era um tipo de pesquisa que se dava em forma de inquérito com intenção de verdade, sendo que o modo de escrita era o gênero narrativo e as fontes deveriam ser preferencialmente de testemunhas oculares dos acontecimentos. BARROS, 2014, v. 2, p. 34. Em decorrência disto o próprio historiador, considerado como figura idônea, era quem dava ao discurso historiográfico a garantia da verdade e da imparcialidade da pesquisa. Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 37.

8 Barros define Filosofia da história como “um gênero filosófico que produz uma reflexão ou especulação sobre a história”. Ele explica que há discussões em relação a época do seu surgimento e opta por seguir a compreensão de que teriam surgido no século XVIII, que também foi o período de seu apogeu. Mas também pode ser situado “bem antes, já com a concepção cristã de temporalidade que – ao propor um tempo linear e teleológico – rompe com a visão cíclica do tempo histórico” ou podem remontar a um período ainda mais antigo, a trechos do Antigo Testamento. Cf. BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, v. 1, p. 119.

9 BARROS, 2014, v. 1, p. 120.

Diferente dos filósofos, que estariam preocupados com a questão de “‘para onde caminha o mundo’ (e como caminha e continuará caminhando no futuro)” (grifo do autor),¹⁰ os historiadores profissionais se ocupam com o funcionamento do mundo social “e como esse funcionamento se tem expressado na História através de uma realidade concreta que pode ser percebida através de fontes”.¹¹

A História passa a ser compreendida como um “‘singular-coletivo’ [...] como a interação de todas as experiências humanas”,¹² superando a tendência, predominante até então, de se falar em diversas histórias. Para a prática desta historiografia que surgia, elementos de diversas áreas foram agregados. Dos filólogos, a crítica documental; dos teólogos, o tempo linear; dos juristas, a preocupação com a verdade; dos filósofos, a reflexão em profundidade e a erudição. A tudo isto, explica Barros, foi acrescentada “a sua compulsão de ser um especialista: não falar sobre tudo [...] especializar-se, sim, na História”.¹³

Além disto, a historiografia do século XIX apresenta uma perspectiva epistemológica devido à influência da filosofia que passou por este processo no século anterior. A preocupação dos historiadores volta-se para o que eles devem buscar na história e quais os métodos e procedimentos a serem empregados para isto.¹⁴ As respostas a estas questões dão origem aos dois primeiros paradigmas¹⁵ historiográficos, o Positivismo e o Historicismo, que serão abordados a seguir.

1.2 POSITIVISMO

O Positivismo surge em uma época na qual as novas descobertas científicas trazem a confiança no progresso da humanidade. Por herdar os fundamentos do Iluminismo, o paradigma positivista encontra-se praticamente pronto já no início do século XIX. Entre estes fundamentos se destacam a busca por leis gerais e padrões para a História que possibilitem a construção de uma História universal; a discussão sobre a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente objetivo; e a imparcialidade do sujeito que produz o conhecimento, ou seja, a ideia de que o historiador é livre de preconceitos.¹⁶

Barros explica que a obra de Auguste Comte¹⁷ dá continuidade, no Positivismo do século XIX, à busca por leis gerais característica do Iluminismo no século XVIII. Em seu Curso de Filosofia Positiva (1830), Comte afirma que

o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais. (grifo do autor).¹⁸

10 BARROS, 2014, v. 1, p. 125.

11 BARROS, 2014, v. 1, p. 127.

12 BARROS, 2014, v. 2, p. 44.

13 BARROS, 2014, v. 2, p. 15.

14 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 53.

15 Barros aponta para a definição de paradigma proposta por Thomas Kuhn (1922-1996) em Estrutura das revoluções científicas (1962): “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento”. KUHN, 1962 apud BARROS, 2014, v. 1, p. 171.

16 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 66.

17 Auguste Comte nasceu em Montpellier, França, em 19 de janeiro de 1798. Em 1814 ingressou na Escola Politécnica de Paris, onde estudou por dois anos. No ano de 1816 dedicou-se ao estudo de várias obras sendo fortemente influenciado pela obra de Condorcet (1743-1794) na qual a ciência tem papel fundamental. Em 1817 tornou-se secretário de Saint-Simon, outra figura que influenciou seu pensamento, mas a amizade entre eles foi rompida mais tarde, em 1824, por conflitos em relação a compreensão das “relações entre a ciência e a reorganização da sociedade”. Neste mesmo ano casou-se com Caroline Massin da qual veio a se separar em 1842. Em 1830 publicou o Curso de Filosofia Positiva. A partir de 1842 foi sustentado por amigos, pois, devido a suas críticas aos matemáticos feitas por ele naquele ano, acabou por ser demitido. Em 1844 conheceu Clotilde Vaux por quem se apaixonou, mas Clotilde faleceu um ano mais tarde. Em 1852 publicou o Catecismo Positivista propondo uma nova religião centrada na humanidade. Faleceu em 5 de setembro de 1857. Cf. GIANNOTTI, José A. (Consultor). Comte: vida e obra. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. VII-IX.

18 COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p.7.

Nesta mesma obra Comte afirma ter descoberto uma lei fundamental¹⁹ que consiste, segundo explica, “em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo”.²⁰ O último seria o estado fixo, definitivo, da inteligência humana. Conforme sua explicação, o primeiro estágio, o teológico, seria aquele no qual o espírito humano dirige suas investigações às causas primeiras e finais, para acontecimentos absolutos. Os fenômenos são apresentados “como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo”.²¹ O segundo estado é classificado como um estado de transição no qual “os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas”.²² No último e definitivo estágio, o positivo,

o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.²³

Em relação ao início deste terceiro estado, Comte afirma que este se deu “pela ação combinada dos preceitos de Bacon, das concepções de Descartes e das descobertas de Galileu”.²⁴ A partir daí “o espírito da filosofia positiva começou a pronunciar-se no mundo, em oposição evidente ao espírito teológico e metafísico”.²⁵ Reale e Antiseri destacam que para o Positivismo “o único método de conhecimento é o das ciências naturais” (grifo do autor).²⁶ Esta característica pode ser observada em diversos trechos do Curso de Filosofia Positiva. Neste, Teologia e metafísica são descritas como “vãs doutrinas e [...] métodos provisórios”.²⁷ Comte lamenta que métodos teológicos e metafísicos ainda sejam utilizados no estudo dos fenômenos sociais e declara a necessidade da fundação do que chama de física social. Comte pretende que os métodos das ciências naturais sejam aplicados também ao estudo da sociedade.²⁸

Barros chama atenção para o fato de que o Iluminismo é marcado por um caráter revolucionário, decorrente do ideal de progresso. Este ideal é retomado por Comte, mas sua perspectiva não é revolucionária e sim conservadora, pois defende uma concepção mecanicista do progresso que se realizaria automaticamente através dos avanços tecnológicos.²⁹ Ao ideal de progresso seria acrescentado o conceito de ordem, que se refere às condições constantes da sociedade.³⁰

Na historiografia, o Positivismo se firma a partir das obras de autores como Hippolyte Taine (1828-1893) e Henry Thomas Buckle (1821-1862), nos quais as principais características positivistas podem ser encontradas. Buckle, por exemplo, em seu livro *A história da civilização na Inglaterra* (1865), faz diversas referências ao progresso. Este é relacionado aos avanços tecnológicos e explicações científicas para os fenômenos naturais e sociais. Além disto, aborda os estágios da civilização e estabelece uma hierarquia na qual a Europa encontra-se no topo e os povos americanos e africanos são rebaixados. Ele ainda critica a ausência de generalização na historiografia de seu tempo, e propõe que os historiadores conheçam mais campos de saber que possam ser interligados para uma

19 Conforme Reale e Antiseri, esta lei dos três estágios é “o conceito-chave da filosofia de Comte, para quem ela encontraria confirmação tanto no desenvolvimento na vida dos indivíduos (todo homem é teólogo na sua infância, é metafísico em sua juventude e é físico em sua maturidade) como na história humana” (grifo do autor). É esta lei que ele apresenta “como o esquema de toda a evolução da humanidade”. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 3, p. 299.

20 COMTE, 1991, p. 4.

21 COMTE, 1991, p. 4

22 COMTE, 1991, p. 4

23 COMTE, 1991, p. 4

24 COMTE, 1991, p. 8

25 COMTE, 1991, p. 8

26 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 297.

27 COMTE, 1991, p. 9.

28 Cf. REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 297.

29 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 91-93.

30 Cf. GIANNOTTI, José A. (Consultor). *Comte: vida e obra*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. XIII.

adequada compreensão da história. Buckle espera se aproximar, com a História, das ciências naturais.³¹

Hippolyte Taine desenvolveu um sistema de generalização a partir do qual deveria ser feita a análise das sociedades humanas. Os três fatores essenciais que serviriam à esta análise são: meio ambiente, raça e momento histórico.³² A busca por aplicar o método das ciências naturais às ciências sociais, pode ser vista em sua forma de encarar o ser humano:

Em sua percepção o homem é extremamente interessante como objeto de estudo, mas ele não possui santidade ou mistério de qualquer tipo [...] M. Taine, na verdade, estuda o homem como uma planta ou uma máquina. Você obtém um conhecimento íntimo da planta através de um estudo do solo e clima em que cresce, e da máquina desmontando-a e inspecionando as peças que a compõe. M Taine aplica este processo à mente humana, à história, arte e literatura, com os mais frutíferos resultados. (tradução nossa).³³

Segundo Barros, o Positivismo autêntico torna-se mais raro no final do século XIX, mas os pilares fundamentais deste paradigma (busca de leis gerais, metodologia próxima a das ciências naturais, neutralidade do historiador, distanciamento em relação ao objeto de estudo, linguagem formalizada) ainda podem ser encontrados em nomes como Louis Bordeau e Paul Lacombe.³⁴ Já no século XX, o Positivismo se desenvolve mais na sociologia. Destaca-se neste período Émile Durkheim (1858-1917), responsável pela reconfiguração do Positivismo em sua época. Com ele a identidade entre os métodos e padrões epistemológicos das ciências exatas e humanas é ainda mais acentuada.³⁵ Apesar de o Positivismo puro ser cada vez mais raro na prática historiográfica, ainda há historiadores que apresentam posições positivistas e neopositivistas, exemplos são Arthur Marwick (1936-2006) e Geoffrey Rudolph (1921-1994).³⁶

1.3 HISTORICISMO

Se o Positivismo já se encontra praticamente pronto no início do século XIX, o Historicismo é construído ao longo de todo este século. Seu surgimento, conforme explica Barros, está ligado à afirmação dos Estados Nacionais, que passarão a ser os financiadores dos projetos historiográficos do Historicismo.³⁷

Ao contrário do Positivismo, que buscava leis gerais para a interpretação da história, os historicistas partiam da compreensão de que “cada nação deveria ser compreendida em sua singularidade”³⁸ e cada época analisada a partir de critérios adequados a ela. O objeto de estudos deixa de ser o homem universal dos iluministas e passa a ser “o indivíduo concreto’, particular, histórico e sujeito à finitude”.³⁹ Outro traço do Positivismo que é rejeitado é “a pretensão de reduzir as ciências históricas ao modelo das ciências naturais, não obstante os historicistas concordem com os positivistas na exigência de pesquisa concreta dos fatos empíricos”.⁴⁰

31 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 97-99.

32 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 100.

33 JAMES, Henry. **Literary criticism**: french writers, other european writers, the prefaces to the New York edition. New York: Library of America, 1984. v. 2, p. 829. “To his perception man is extremely interesting as an object of study, but he is without sanctity or mystery of any sort. [...] M. Taine, in effect, studies man as a plant or as a machine. You obtain an intimate knowledge of the plant by a study of the soil and climate in which it grows, and of the machine by taking it apart and inspecting its component pieces. M. Taine applies this process to the human mind, to history, art, and literature, with the most fruitful results”.

34 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 102.

35 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 103.

36 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 105.

37 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 107. Para mais informações a respeito da relação entre a política e o historicismo alemão pode ser consultado o artigo Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a *historische zeitschrift*, de autoria de Julio Bentivoglio. In: **Revista de Teoria da História**. [Goiânia], v. 3, n. 1, jun./2010, p.20-58. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BENTIVOGLIO.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

38 BARROS, 2014, v. 2, p. 109.

39 BARROS, 2014, v. 2, p. 110.

40 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 454.

A preocupação voltada para o particular não surge somente com o Historicismo. Antes disso, no século XVIII, já há nomes que discordam da tendência universalista do Iluminismo. Barros aponta para dois filósofos românticos, Giambattista Vico⁴¹ (1668-1774) e Johan Gottfried von Herder (1744-1803), que “consideravam a necessidade de escrever uma história particularizante, capaz de apreender a especificidade de cada povo”.⁴² Além deles, teólogos e filólogos alemães “já se debruçavam sob os problemas relacionados à interpretação de textos, e à inevitável articulação destes textos a contextos históricos específicos e a pontos de vista autorais”.⁴³

Além destes, um nome que se destaca é Johann Martin Chladenius (170-1759), a partir de quem “inicia-se uma autêntica reflexão sobre as condições de produção do conhecimento histórico”.⁴⁴ Em seu pensamento são encontradas “surpreendentes antecipações do perspectivismo historicista”.⁴⁵ O método por ele adotado difere daqueles que surgirão no século XIX na historiografia científica, pois valoriza o testemunho ocular como fonte para a pesquisa histórica. Sua contribuição decorre do reconhecimento de que os depoimentos dessas testemunhas estão relacionados a pontos de vista. Mas vai além disto e

acaba por estender este reconhecimento de ‘relatividade dos pontos de vista’ ao próprio historiador, dando a perceber que é a partir de um ponto de vista que este seleciona os próprios testemunhos e documentos que recolheu, para iniciar em seguida um trabalho de interpretação que também será interferido por este mesmo ponto de vista.⁴⁶

Esta percepção de Chladenius será retomada, no século seguinte, pelos historiadores do paradigma historicista. Mas, ainda no século XVIII, surgirão filósofos e filólogos⁴⁷ que irão além dele apontando para o lugar e o tempo como aspectos que interferem no ponto de vista. Estas compreensões serão retomadas “sob a perspectiva de uma postura metodológica que definirá os parâmetros da nova história científica”.⁴⁸

Outra postura contrária ao universalismo, que ocorre no século XVIII e será retomada pelo Historicismo, é a autocrítica da historiografia. Destaca-se neste aspecto Johann Salomo Semler (1725-1791), teólogo e historiador ligado a tradição da história teológica que “queria aplicar um método histórico-crítico às ciências bíblicas, de modo a constituir o que ele mesmo denominaria ‘teologia liberal’ (liberalis theologia)”.⁴⁹ Sua contribuição para a historiografia foi apontar para a necessidade de uma elaboração crítica, por parte dos próprios historiadores, em relação à historiografia que os precedeu. Conforme explica Barros, para Semler “cada nova geração historiográfica deveria submeter as anteriores a uma rigorosa análise crítica, inclusive desmascarando os interesses específicos que as tinham levado a produzir uma visão histórica e não outra”.⁵⁰

Autocrítica, ímpeto relativista e perspectiva particularizante são elementos já discutidos no século XVIII que constituirão o paradigma historicista. Ao lado destes, ainda outro elemento, extraído de uma tradição anterior desenvolvida nos meios eclesiásticos, seria incorporado a este paradigma: a crítica documental. O “rigoroso método de crítica documental”,⁵¹ foi, segundo Barros, a contribuição do

41 Vico teria chamado atenção “para as ilusões de unidade que podiam assaltar os estudiosos das sociedades humanas ao tomarem a si mesmos, e às suas sociedades, como uma medida para todas as coisas”. BARROS, 2014, v. 2, p. 126.

42 BARROS, 2014, v. 2, p. 111.

43 BARROS, 2014, v. 2, p. 111.

44 BARROS, 2014, v. 2, p. 115.

45 BARROS, 2014, v. 2, p. 111.

46 BARROS, 2014, v. 2, p. 113. Segundo Bentivoglio, a compreensão de Chladenius “não significa exatamente a aceitação de que os estudos históricos estejam contaminados pela subjetividade, mas o reconhecimento da existência da própria subjetividade, ferramenta imprescindível para uma correta compreensão”. BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a historische zeitschrift. In: **Revista de Teoria da História**. [Goiânia], v. 3, n. 1, jun./2010, p.29. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_BENTIVOGLIO.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

47 Barros cita Thomas Abbt, que teria enfatizado a importância do lugar e Gatterer, Büsch e Schlözer que abordariam a perspectiva do tempo. Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 116.

48 BARROS, 2014, v. 2, p. 116.

49 BARROS, 2014, v. 2, p. 119.

50 BARROS, 2014, v. 2, p. 121.

51 BARROS, 2014, v. 2, p. 122.

Historicismo à historiografia científica. Dos meios eclesiásticos ainda será adotada a hermenêutica, “campo de saber dedicado à interpretação de textos e objetos culturais”.⁵²

Os primeiros historicistas, Leopold von Ranke (1795-1886) e Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), fazem parte de um Historicismo realista, pois a única subjetividade que reconhecem é a das fontes e das sociedades. Barros afirma que eles não se dispuseram a “colocar em xeque a própria ambição de absoluta neutralidade por parte do historiador”.⁵³ Aqui se destaca um traço que lembra o ideal positivista de neutralidade. Por se tratar de um paradigma que se desenvolve ao longo de muitas décadas, é normal que características de outra forma de compreender a historiografia estejam presentes nos primeiros expoentes deste paradigma em desenvolvimento que é o Historicismo. Esta forma de Historicismo será alvo de fortes ataques no século XX por parte da Escola dos Annalles.

Ranke e Niebuhr são os responsáveis pela implementação da crítica das fontes que Barros considera como o motivo do “extraordinário sucesso do Historicismo”.⁵⁴ Johann Gustav Droysen (1808-1884) continua a desenvolver este aspecto e “procura mostrar que, se as fontes trazem referências objetivas a acontecimentos que foram presenciados ou a informações em geral, elas também são interferidas pelo imaginário da época e pela imaginação do historiador”.⁵⁵ Esta consciência do historiador em relação à sua historicidade, que Barros denomina de “virada relativista”,⁵⁶ ocorre apenas na segunda metade do século XIX, com Droysen e Wilhelm Dilthey (1833-1911). Estes, fazem parte de uma vertente relativista do Historicismo que progrediu e mais tarde veio a receber contribuições de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Paul Ricoeur (1913-2005) e Reinhart Koselleck (1923-2006).

A distinção entre história e natureza, e de seus objetos de conhecimento, é de fundamental importância para os historicistas. De acordo com Reale e Antiseri,

O problema cardeal em torno do qual gira o pensamento historicista alemão é o de encontrar as razões da distinção das ciências histórico-sociais em relação às ciências naturais e investigar os motivos que fundamentam as ciências histórico-sociais como conjuntos de conhecimentos válidos, isto é, objetivos.⁵⁷

Droysen, além de sustentar a historicidade do próprio historiador, irá apontar para “a necessidade de clarificar a especificidade metodológica da História e outras ciências humanas”.⁵⁸ Para ele, são três os métodos científicos existentes: o especulativo, próprio da filosofia; o físico, relativo às ciências naturais e exatas; e o histórico.⁵⁹ Os gestos teórico-metodológicos de cada um são, respectivamente, reconhecer, explicar e compreender.⁶⁰ Os objetos das ciências naturais são de caráter uniforme e repetível, enquanto “o objeto do conhecimento histórico é visto pelos historicistas como estando na individualidade dos produtos da cultura humana (mitos, leis, costumes, valores, obras de arte, filosofias, etc.)”⁶¹ (grifo do autor).

Dilthey aprofundará o estudo destas diferentes posturas metodológicas com o intuito de fundamentar a validade das ciências do espírito. Reale e Antiseri explicam que, na obra *Introdução às ciências do espírito* (1883), Dilthey aborda a diferença entre os objetos de estudos das ciências naturais e das ciências do espírito. Nas ciências naturais, que se ocupam de fenômenos externos ao homem, os dados são obtidos através da observação externa. Já nas ciências do espírito, que “estudam o mundo das relações entre os indivíduos, mundo do qual o homem tem consciência imediata”,⁶² os dados são obtidos por meio da observação interna “o Erlebnis (experiência vivida)”.⁶³

52 BARROS, 2014, v. 2, p. 128.

53 BARROS, 2014, v. 2, p. 117.

54 BARROS, 2014, v. 2, p. 138.

55 BARROS, 2014, v. 2, p. 139.

56 BARROS, 2014, v. 2, p. 137.

57 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 454.

58 BARROS, 2014, v. 2, p. 147.

59 O método histórico adentra o método das demais ciências do espírito devido ao fato de seus objetos de estudos serem históricos. Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 147-149.

60 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 147.

61 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 454.

62 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 455.

Assim, a compreensão vai além das formas externas perscrutando também os significados.⁶⁴ Em *Contribuições ao estudo da individualidade* (1895-1896), Dilthey considera que, ao lado da experiência vivida (Erlebnis), o entender⁶⁵ (Verstehen) deve ser considerado como fundamento das ciências do espírito “porque só assim se terá a compreensão dos outros indivíduos”.⁶⁶ Segundo Barros, Dilthey compreende que “cada visão de mundo é, ao seu modo, verdadeira, no sentido de que expressa uma certa dimensão do universo, uma determinada parcela da verdade, sendo vedada ao sujeito que conhece a verdade total”.⁶⁷ Este relativismo de Dilthey resulta em problemas no que diz respeito ao alcance de uma verdade histórica, e, segundo Barros, ele não ofereceu uma solução muito bem definida a esta questão e “quase que parece se imobilizar diante do caráter aparentemente irreconciliável das várias visões de mundo”.⁶⁸

A oposição entre explicação (característica das ciências naturais) e compreensão (relativa ao método histórico que abarca as ciências do espírito) se torna referência não apenas para o Historicismo, mas para boa parte da historiografia a partir do século XX.

63 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 455.

64 Cf. BARROS, 2014, v. 2, p. 147-148.

65 Conforme explicam Reale e Antiseri, o Verstehen (entender) é reviver (Nacherleben) e reproduzir (Nachbilden). Cf. REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 456.

66 REALE, ANTISERI, 2005, v. 3, p. 456.

67 BARROS, 2014, v. 2, p. 150.

68 BARROS, 2014, v. 2, p. 150.

2 A ESCOLA DOS ANNALES

Antes de partir para a abordagem referente à Escola dos Annales, devido ao fato de não constituir um paradigma e sim uma escola, parece adequado que uma diferenciação seja brevemente apresentada. Um paradigma teórico “se refere a determinado modo de ver as coisas”.⁶⁹ Já uma escola está relacionada a “práticas relativas a determinado campo de saber ou de ação humana”⁷⁰ tendendo a propor uma maneira de agir. Barros resume os elementos que a compõem da seguinte forma:

‘escola’ é um conceito que se refere à adoção de um ‘programa’ em comum, à criação de certos meios de intercomunicação e de difusão externa das ideias e trabalhos dos seus membros, ao esforço de reconhecimento recíproco entre os participantes da escola, à formação de um grupo e de uma identidade própria. A escola implica certo empenho coletivo.⁷¹

As escolas podem incluir em seu programa elementos teóricos, mas também há aquelas que deixam seus membros livres em relação a este quesito. A Escola dos Annales, que será abordada a seguir, encaixa-se no segundo caso.⁷²

O movimento dos *Annales* pode ser dividido com base nas gerações que o lideraram ou conforme suas diversas fases. No primeiro caso, tratam-se de três gerações, a primeira liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; a segunda sob a liderança de Braudel; e a terceira na qual vários historiadores da Nouvelle Histoire lideraram o movimento. No segundo caso quatro fases são perceptíveis, a primeira, entre 1929 e 1939, marcada pela aliança entre Febvre e Bloch; a segunda, de 1940 até 1956, quando somente Febvre lidera o movimento; a terceira entre 1956 e 1968 sob a direção de Braudel; e a quarta, a partir de 1969, quando uma nova geração de historiadores passa à liderança da Escola.⁷³

Visto que escola implica na adoção de um programa, é necessário que seja apresentado o programa da Escola dos *Annales*. A seguir, de forma resumida, serão abordados os principais aspectos que formam este programa.

2.1 O PROGRAMA DA ESCOLA DOS ANNALES

Para que os *Annales* se firmassem na historiografia como corrente dominante, foi necessário o empreendimento de uma severa crítica à historiografia de sua época. Suas críticas se dirigiram ao setor mais realista do Historicismo, um setor frágil, mas que ainda permanecia fortalecido nos meios acadêmicos por ser a forma adotada pela História oficial. Este tipo de História era denominado pelos historiadores analistas de História Historizante, ou História Factual.⁷⁴ Os historiadores dos *Annales* eram contra esta “mera coleta de fatos com subsequente elaboração de uma narrativa desproblematizada”⁷⁵ que defendia uma reconstituição da História”, e sustentavam a elaboração do que denominaram História-Problema⁷⁶ propondo uma reconstrução da História.⁷⁷ Conforme explica Barros, a História-Problema se constrói a partir de hipóteses “trata-se de reconstruir o vivido a partir de

69 BARROS, José D’Assunção. **Teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2012, v. 5, p.16.

70 BARROS, 2012, v.5, p. 14.

71 BARROS, 2012, v.5, p. 33.

72 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 19.

73 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 219. Burke ainda divide o movimento de forma um pouco diferente. Segundo ele, a primeira fase seria entre os anos 1920 e 1945; a segunda fase de 1946-1968 e a terceira fase de 1969 em diante. Cf. BURKE, Peter. **A escola dos annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.8.

74 A expressão História Historizante é emprestada de Simiand. François Simiand (1873-1935), sociólogo e economista francês, foi um intelectual interdisciplinar (além da formação inicial em Filosofia se interessava por Economia, História e Sociologia) que em 1903 já criticava os historiadores factuais. Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 72.

75 BARROS, 2012, v.5, p. 73.

76 Em oposição a afirmação de Seignobos, de que “sem documento não há história” Febvre afirma que “sem problema não há história”. BARROS, 2012, v.5, p. 117.

77 BARROS, 2012, v.5, p. 113.

problemas e motivações da época do próprio historiador”.⁷⁸ Além da oposição a este setor da historiografia, os annalistas se opuseram a “uma série de outras histórias, diversas vezes realizadas por historiadores não profissionais e diletantes (as dos antiquários, por exemplo, e as histórias teológicas)”.⁷⁹

A forma de lidar com o tempo se apresenta como um dos aspectos mais marcantes do programa dos *Annales*. A relação entre presente e passado é destacada. Bloch afirma a necessidade de “compreender o presente pelo passado’, mas também ‘compreender o passado pelo presente’”.⁸⁰ Além disto, aponta para a possibilidade de diálogo entre as temporalidades pela mediação do historiador, o que ocorreria através do problema.⁸¹ Desta forma

o presente coloca as questões de sua época para o passado, estruturando-o a partir de uma problematização, e reciprocamente o passado recoloca novas questões para o presente, permitindo que na operação historiográfica não apenas o historiador compreenda o passado [...] mas também compreenda a si mesmo.⁸²

Outro aspecto presente no programa dos *Annales* é a interdisciplinaridade.⁸³ Segundo Barros “os *Annales* iriam aproveitar em seu próprio favor toda uma série de novidades e novos olhares sobre o mundo humano que estavam desabrochando no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Geografia Humana, ou mesmo a Psicologia”.⁸⁴

Relacionado à interdisciplinaridade, encontra-se outro item importante do programa dos *Annales*, a concepção de História Total. Em Apologia da história, Bloch afirma que “numa sociedade, seja ela qual for, tudo está interligado, tudo se comanda mutuamente”.⁸⁵ Os elementos sociais, políticos, econômicos, religiosos, e outros mais, estão interligados, interferem uns nos outros, e devem, portanto, ser considerados.

Ainda outro item a ser mencionado é a ampliação de fontes históricas. Barros explica que

não mais deveriam interessar aos historiadores *apenas* as fontes de arquivo e as crônicas que dizem respeito à História Política tradicional. Qualquer vestígio ou qualquer evidência - dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais - podia ser agora legitimamente utilizado pelos historiadores.⁸⁶ (grifo do autor).

Por fim, é importante destacar que não faz parte do programa da Escola dos *Annales* a exigência de uma teoria específica. É necessário que o historiador se identifique com uma teoria, mas “os *Annales* não propõem uma teoria unificada, que seja partilhada por todos os seus membros. Os ambientes teóricos são propostos pelos *Annales* como espaços de escolha dos seus historiadores”.⁸⁷ Liberdade teórica e diversidade metodológica são características deste movimento.

Ao lado do programa, Barros indica a criação de meios de intercomunicação e difusão externa de ideias e trabalhos de seus membros como fator constituinte de uma escola. Assim, quando Bloch e Febvre se propuseram a criar um grupo em oposição à uma historiografia factual, fundaram uma

78 BARROS, 2012, v.5, p. 133.

79 BARROS, 2012, v.5, p. 77.

80 BARROS, 2012, v.5, p. 182-183.

81 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 183-184.

82 BARROS, 2012, v.5, p. 187.

83 Barros explica que a interdisciplinaridade é “uma reação contra o especialismo científico que já se anunciava desde o século XIX, e que se tornaria uma marca bastante evidente da distribuição do trabalho científico no século XX”. BARROS, 2012, v.5, p. 105.

84 BARROS, 2012, v.5, p. 98.

85 BARROS, 2012, v.5, p. 192.

86 BARROS, 2012, v.5, p. 140-141.

87 BARROS, 2012, v.5, p. 195.

revista. A *Revue des Annales* (Revista dos Annales) que acabaria por dar nome à Escola⁸⁸ e que será abordada na sequência.

2.2 A REVISTA DOS ANNALES

A Revista dos *Annales* foi fundada no ano de 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale* “foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica”.⁸⁹ Nos primeiros anos, o público atingido não foi expressivo, variaram entre 300 e 360 o número de assinaturas. Apesar do contexto hostil durante a Segunda Guerra Mundial e a ocupação da França pelos nazistas, a revista continuou a ser publicada, mas o nome de Bloch precisou ser retirado, continuando apenas Febvre como editor. A projeção da revista ocorreu apenas após 1946. A partir de então, o número de leitores aumentou significativamente e a revista passou a causar impacto no âmbito acadêmico. Além disso, em 1946 foi fundada a sexta seção na *École Pratique de Hautes Études*, dedicada à História, aumentando a difusão do grupo dos *Annales*. A partir de 1970 a direção da revista passa à terceira geração de líderes que se denominou *Nouvelle Histoire* (Nova História).⁹⁰

Burke expõe três pontos que considera como diretrizes da revista. O primeiro refere-se à “substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema”.⁹¹ O segundo “a história de todas as atividades humanas e não apenas história política”.⁹² E o último, que complementa os anteriores, “a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, [...] e tantas outras”.⁹³

Além de um programa e meios de intercomunicação e difusão de ideias, a formação de um grupo e de uma identidade própria foram apontados por Barros como elementos constituintes de uma escola. Assim, nos tópicos a seguir, serão abordadas as três gerações que formam a Escola dos *Annales*.

2.3 BLOCH E FEBVRE: A PRIMEIRA GERAÇÃO

Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores do movimento dos *Annales*, se conheceram no ano de 1920 quando passaram a lecionar na Universidade de Estrasburgo.⁹⁴ Suas trajetórias e personalidades eram contrastantes, assim como as teorias históricas que influenciaram cada um. Febvre “era expansivo, veemente e combativo, com uma tendência a zangar-se quando contrariado por seus colegas; Bloch, ao contrário, era sereno, irônico e lacônico, demonstrando um amor quase inglês por qualificações e juízos reticentes”.⁹⁵ Mesmo assim trabalharam juntos por vinte anos, pois encontraram um programa em comum.⁹⁶ Durante treze anos conviveram diariamente na Universidade.⁹⁷ Suas salas, que eram ligadas, possibilitavam longas discussões das quais participavam outros colegas, tais como o psicólogo Charles Blondel e o sociólogo Maurice Halbwachs.⁹⁸

88 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 31.

89 BURKE, 1992, p. 23.

90 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 46-48.

91 BURKE, 1992, p. 7.

92 BURKE, 1992, p. 7.

93 BURKE, 1992, p. 7.

94 “Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, Estrasburgo era efetivamente uma nova universidade, pois a cidade vinha de ser recentemente desanexada da Alemanha, criando um ambiente favorável à inovação intelectual e facilitando o intercâmbio de idéias [sic] através das fronteiras disciplinares”. Cf. BURKE, 1992, p. 19.

95 BURKE, 1992, p. 16.

96 BARROS, 2012, v.5, p. 44.

97 No ano de 1933 Febvre deixa Estrasburgo para ocupar uma cátedra no Collège de France, em Paris. Bloch vai para Paris três anos depois, em 1936, para ocupar a cadeira de História Econômica na Universidade Sorbonne. Estas transferências para Paris, centro da vida intelectual francesa, são evidências do sucesso dos *Annales*. Cf. BURKE, 1992, p. 26.

98 Conforme Burke as ideias de Blondel eram caras para Febvre e o estudo sobre a estrutura social da memória de Halbwachs teria causado profunda impressão em Bloch. Cf. BURKE, 1992, p. 19.

Lucien Febvre nasceu em Nancy em 1878 e faleceu no ano de 1956. Estudou na École Normale Supérieure, em Paris, e serviu na Primeira Guerra Mundial. Em outubro de 1919 foi nomeado professor titular de História Moderna na Universidade de Estrasburgo onde, em 1920, conheceu Marc Bloch. Em 1947, após o término da Segunda Guerra Mundial, criou a VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* da qual tornou-se Presidente. Também foi Diretor do Centro de pesquisas Históricas desta seção.⁹⁹

Marc Bloch, historiador francês judeu,¹⁰⁰ soldado nas duas Guerras Mundiais, líder da Resistência, nasceu em Lyon no ano de 1886. Em 1944 foi capturado, torturado e morto por fuzilamento pelos soldados nazistas. Assim como Febvre, estudou na École Normale Supérieure, local onde seu pai fora professor de História Antiga. Optou por especializar-se em História Medieval. Sua maior influência, como ele mesmo reconheceu, foi Émile Durkheim.¹⁰¹ Em 1920, foi nomeado *maitre de conférences*¹⁰² na Universidade de Estrasburgo na qual Lucien Febvre trabalhava.

Conforme Fink, a proximidade entre Bloch e Febvre “desenvolveu-se em uma missão conjunta de renovar o ofício da história” (tradução nossa).¹⁰³ Durante o período em que trabalharam em conjunto, Febvre encorajou Bloch no desenvolvimento de *Os Reis Taumaturgos* (1924) e *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931). Bloch auxiliou Febvre a realizar seu desejo de fundar um novo jornal,¹⁰⁴ e em 1929 foi lançado o primeiro número da Revue des Annales (Revista dos Annales).

Dois autores fundamentais, tanto para Bloch quanto para Febvre, são Karl Marx (1818-1883) e Jules Michelet¹⁰⁵ (1798-1874). Do primeiro, assimilaram a “possibilidade de enxergar a História como um grande dever de estruturas de longo termo, a partir de uma perspectiva que logo seria refinada por Braudel no conceito de ‘longa duração’”.¹⁰⁶ Do segundo, “apreenderam a possibilidade de investir na multiplicação temática, na ultrapassagem do estreito universo de temas que era oferecido pela História Política tradicional”.¹⁰⁷

Bloch utiliza de forma recorrente o recurso comparativo, visível de forma clara em *Os reis taumaturgos* (1924) e *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931). Também em *Os reis taumaturgos* podem ser vistos aspectos de um campo que se desenvolve apenas décadas depois, a *História das Mentalidades*.¹⁰⁸ O projeto de construir uma História Total pode ser observado em *A sociedade feudal* (1939), a qual abrange os mais variados aspectos, dos econômicos, políticos, religiosos e demográficos, aos modos de pensar e sentir e os laços de dependência na sociedade.¹⁰⁹

Durante a Segunda Guerra Mundial, Bloch escreveu *A estranha derrota* (publicada em 1946) e *Apologia da História* (que ficou incompleta). Por ter se engajado na Resistência, foi morto pelos nazistas antes de poder completá-la. Em 1949, Febvre publicou a obra de seu amigo. Neste livro, Bloch reflete “sobre o objetivo e o método da história”¹¹⁰ e a define como “‘Ciência dos homens’ [...] ‘dos

99 Cf. BURKE, 1992, p. 30.

100 Fink afirma ser improvável que Bloch tenha recebido uma educação judaica ou testemunhado qualquer observância religiosa em casa. Como a maioria dos judeus franceses, seus pais consideravam que o judaísmo tradicional teria sido superado por um século de cidadania e progresso desde a Revolução. Cf. FINK, Carole. **Marc Bloch**: a life in history. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p.17.

101 Durkheim já criticava a historiografia de sua época como “um campo de saber limitado, superficial e estreito e aprisionado pelo padrão da História Factual”. Mas para ele a História seria apenas uma ciência auxiliar e a problematização deveria ficar a cargo da Sociologia Histórica, o que não coincide com a compreensão de Bloch em relação à História. Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 236. Bloch, ao explicar o quão antiga é a palavra história, afirma que “Os próprios sociólogos da era durkheimiana lhe dão espaço. Mas é para relegá-la a um singelo cantinho das ciências do homem: espécie de calabouço onde, reservando à sociologia tudo que lhes parece suscetível de análise racional, despejam os fatos humanos julgados ao mesmo tempo mais superficiais e mais fortuitos”. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 51.

102 Maitre de conférences designa o cargo de professor pesquisador.

103 FINK, 1991, p. 139. “developed into a joint mission of renewing the craft of history”.

104 Cf. FINK, 1991, p. 139.

105 A abertura de Jules Michelet (1798-1874) a diversas esferas da vida social e do mundo histórico não era comum na pesquisa histórica de sua época, altamente voltada para a política. Michelet atribuiu centralidade ao povo e sua atenção era direcionada “ao tudo e ao todo, e também àquilo que não era percebido como tema importante pela historiografia tradicional (a mulher, a feiticeira)”. BARROS, 2012, v.5, p. 226.

106 BARROS, 2012, v.5, p. 224.

107 BARROS, 2012, v.5, p. 224.

108 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 238.

109 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 239.

110 BURKE, 1992, p. 27.

homens, no tempo”.¹¹¹ Além disto, afirma que a História, assim como as demais ciências humanas, é uma ciência na infância.¹¹² Também sustenta que não há necessidade de que ela siga os modelos das ciências da natureza, pois também nestas não é seguido apenas um modelo.¹¹³ Segundo ele, “não sabemos ainda muito bem o que um dia serão as ciências do homem. Sabemos que para existirem [...] não precisarão renunciar à sua originalidade, nem ter vergonha dela”.¹¹⁴ Bloch ainda aborda a questão das fontes históricas e da crítica dos documentos, defendendo que “os textos ou os documentos [...] não falam, senão quando sabemos interrogá-los”¹¹⁵ e chama atenção para a importância da apreensão do testemunho involuntário¹¹⁶ presente nestas fontes.

Bloch tenciona uma historiografia mais ampla e profunda, aberta a diversos temas e dimensões de estudo e não superficial como a História Factual. Isto só poderia ser feito a partir da formulação de hipóteses e do trabalho em equipe.¹¹⁷ Além disso, defende uma História aberta “que não pretende encontrar a verdade definitiva, mas sim construir uma verdade histórica relativa aos pontos de vista que a revelam”.¹¹⁸

Em Febvre destaca-se de forma ainda mais acentuada a característica interdisciplinar do programa dos *Annales*. Ele esteve aberto à influência tanto de pensadores de outras épocas como daqueles com os quais conviveu.¹¹⁹ Um exemplo da importância da interdisciplinaridade para ele é a valorização do quadro geográfico, presente desde o início de seu trabalho.¹²⁰ Febvre preocupava-se com o problema do anacronismo¹²¹ e percebia o diálogo com a Filologia, a Linguística e as Ciências da Comunicação como grande auxílio para enfrentá-lo.¹²²

Segundo Burke, depois de completar seu projeto de geografia histórica, Febvre mudou “o rumo de seus interesses para o estudo de atitudes coletivas, ou ‘psicologia histórica’”.¹²³ No período da Segunda Guerra Mundial, já estava muito velho para lutar. Passou esta época escrevendo sobre a Renascença Francesa e a Reforma, temas que o acompanharam até o fim de sua vida. Alguns destes escritos são sobre indivíduos, mas não se trata de biografias propriamente ditas e sim de um estudo elaborado a partir de um problema.¹²⁴

Devido ao grande número de atividades¹²⁵ com as quais esteve envolvido após 1946, seus últimos projetos não foram concluídos ou, em alguns casos, foram terminados por outros.¹²⁶ Depois da guerra, sob sua liderança, a revista dos *Annales* conquista o *establishment* da historiografia francesa. Fernand Braudel será o herdeiro deste poder conquistado pela primeira geração.¹²⁷

111 BLOCH, 2002, p. 55.

112 Cf. BLOCH, 2002, p. 47.

113 Bloch aponta para as mudanças na atmosfera mental: “a teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram”. BLOCH, 2002, p. 49.

114 BLOCH, 2002, p. 49.

115 BLOCH, 2002, p. 79.

116 Uma obra, mesmo que escrita para atender interesses específicos, possui um registro involuntário: “Há uma cultura material que a informa, modos de pensar e de sentir que a atravessam, informações que o autor do texto não pensava trazer, ou nem sabia que estava trazendo, e que constituem esta sombra de involuntário que sempre termina por impregnar qualquer testemunho voluntário”. BARROS, 2012, v.5, p. 253.

117 Cf. BLOCH, 2002, p. 26.

118 BARROS, 2012, v.5, p. 240-241.

119 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 222.

120 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 230.

121 O anacronismo pode ser definido como a “projeção injustificada de categorias do presente no passado” BARROS, 2012, v.5, p. 231. Um exemplo de anacronismo seria a sugestão de Abel Lefranc de que Rabelais era ateu. Em resposta a isto Febvre escreveu O Problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais (1942). Através do uso da filologia, Febvre demonstra que “os homens do século XVI não possuíam ‘utensilhagem mental’ que os possibilitassem a ser ateus”. BARROS, 2012, v.5, p. 231-233.

122 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 233.

123 BURKE, 1992, p. 21.

124 O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais, por exemplo, gira em torno da pergunta pela possibilidade do ateísmo neste século. Já no livro Martinho Lutero, um destino, o problema estudado é o “da relação entre o indivíduo e o grupo, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social”. BURKE, 1992, p. 22.

125 Foi convidado a participar da reorganização da École Pratique des Hautes Études, instituição de prestígio no sistema educacional francês. Além disso tornou-se o delegado francês na UNESCO e participou da organização da coleção sobre História Cultura e Científica da Humanidade. Cf. BURKE, 1992, p. 30.

126 Robert Mandrou escreveu, com base nas anotações de Febvre, Introdução à França moderna 1500-1640: ensaio de psicologia histórica (1961). O aparecimento do livro (1958) foi em grande parte obra de Henri-Jean Martin. Cf. BURKE, 1992, p. 30.

127 Cf. BURKE, 1992, p. 30.

2.4 BRAUDEL: A SEGUNDA GERAÇÃO

Fernand Braudel nasceu no ano de 1902 em Lumèville-en-Ornois – França. Formou-se em História na Universidade de Sorbonne e, entre 1923 e 1932, foi professor na Argélia. Também lecionou na Universidade de São Paulo, de 1935 a 1937, quando retornou à França devido a sua nomeação para a École de Hautes Études. Neste ano conheceu Lucien Febvre. De 1946 a 1956, foi o segundo nome da Escola dos Annales, e após a morte de Febvre passou a ser o líder da segunda geração desta Escola. Braudel faleceu no ano de 1985. Barros o descreve como “um líder carismático, executivo hábil e intelectual brilhante”.¹²⁸

Como líder da segunda geração dos *Annales*, Braudel se empenhou em conferir novo impulso ao movimento e consolidar sua influência historiográfica na França. Para isto, retomou o debate com as Ciências Sociais, que passaram a ameaçar a primazia da História no âmbito das Ciências Humanas.¹²⁹ Neste debate, tornou-se central a dialética das durações à qual Braudel conferiu consistência teórica. Trata-se de uma arquitetura de três durações de tempo (longa, média e curta).

O tempo de curta duração é caracterizado por Braudel como o tempo da vida cotidiana, tempo do cronista e do jornalista.¹³⁰ Ele assim o define: “a vida, a história do mundo, todas as histórias particulares se nos apresentam sob a forma de uma série de eventos[...] Uma batalha, um encontro de homens de Estado, um discurso importante, uma carta capital, são instantâneos da história”.¹³¹ Já a média duração se refere às realidades sociais, “todas as formas amplas da vida coletiva, as economias, as instituições, arquiteturas sociais, as civilizações”.¹³² A longa duração, altamente valorizada por ele, é vista como uma infraestrutura, uma semi-imobilidade em torno da qual tudo gravita.¹³³ Em relação a esta duração ele afirma:

creio assim na realidade de uma história particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos [...] há, ainda mais lenta que a história das civilizações, quase imóvel, uma história dos homens em suas relações estreitas com a terra que os suporta e os alimenta; é um diálogo que não cessa de repetir-se, que se repete para durar, que pode mudar e muda na superfície, mas prossegue, tenaz, como se estivesse fora do alcance da mordedura do tempo.¹³⁴

Além da dialética das durações, destaca-se em Braudel “o empreendimento de atingir a História Total a partir de uma ‘história do todo’”.¹³⁵ Esses dois fatores estão presentes em suas obras *O Mediterrâneo* (1949), *Civilização material e capitalismo* (1967) e *Identidade da França* (1985). Em *O Mediterrâneo*, o todo é concebido como a articulação entre as três durações.¹³⁶

Braudel defende a importância da História e da dialética das durações sustentando que “nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se”.¹³⁷ Disto decorre que “uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”.¹³⁸

Para Braudel, desde 1900 com a *Revue de Synthèse Historique* e 1929 com a Revista dos *Annales* nasce uma nova ciência histórica. Sua concepção é que “a história é a soma de todas as histórias possíveis, - uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã [...]

128 BARROS, 2012, v.5, p. 260.

129 Braudel se opôs principalmente à Antropologia de Levi-Strauss que “buscava impor uma leitura limitadora da História, tal como Durkheim tentara fazer na época de Febvre e Bloch”. BARROS, 2012, v.5, p. 265.

130 Cf. BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. [São Paulo]: Perspectiva, [1978?]. p. 45.

131 BRAUDEL, [1978?], p. 23.

132 BRAUDEL, [1978?], p. 25.

133 Cf. BRAUDEL, [1978?], p. 53.

134 BRAUDEL, [1978?], p.25-26.

135 BARROS, 2012, v.5, p. 277.

136 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 277.

137 BRAUDEL, [1978?], p.43.

138 BRAUDEL, [1978?], p. 43.

o único erro, a meu ver, seria escolher uma dessas histórias com exclusão das outras”.¹³⁹ Este é o erro historizante, erro da História Factual, que predominava até então. O desafio seria, conforme Braudel, perceber a História de forma nova, não mais historizante e sim através da dialética das durações.¹⁴⁰

No período da segunda geração dos *Annales*, a História Serial-Quantitativa atingiu seu auge. Ela está ligada à Ernst Labrousse (1895-1988), historiador economista que se associa à Escola já na primeira geração, e é o nome de maior influência depois da morte de Braudel.¹⁴¹

A História Quantitativa se desenvolveu desde o final do século XIX¹⁴² e esteve presente no início do movimento dos *Annales* (no contexto da crise econômica de 1929). A observação da realidade através deste campo histórico busca por aquilo que pode ser quantificado, valores a serem medidos. As técnicas utilizadas nesta abordagem envolvem estatísticas e síntese de dados através de gráficos.¹⁴³ Já a História Serial surge nas primeiras décadas do século XX. Barros explica que ela trouxe “uma perspectiva inteiramente nova: tratava-se de construir ‘séries’ de fontes e de abordá-las de acordo com técnicas igualmente inéditas”.¹⁴⁴ A serialização tem por objetivo “identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras”.¹⁴⁵ O que diferencia História Quantitativa e Serial, conforme explica Barros, é que “a quantificação pressupõe serialização, se não de fontes, ao menos de dados. O inverso é que não ocorre necessariamente, uma vez que é perfeitamente possível trabalhar com séries de fontes sem se estar necessariamente interessado no número”.¹⁴⁶

Labrousse acaba por elevar a série de preços a ponto de conceber que através dela seria possível a reconstituição de uma História Total. Barros afirma que a partir da década de 1970 a nova geração dos *Annales* passará a criticar “pretensões totalizantes análogas a esta”,¹⁴⁷ e esclarece que “os historiadores econômicos perceberam que, ainda que a série seja um recurso eficaz para a História Econômica, não é de modo algum uma receita que resolve todos os problemas ou justifica-se por si mesma”.¹⁴⁸ A partir de 1980, o modelo serial-quantitativo começa a dar sinais de esgotamento e deixa de ser o modelo dominante. É importante destacar que a História Serial, a partir de 1970, começa a se mostrar como uma forma de abordagem possíveis para um novo campo histórico, que se desenvolve no período da terceira geração, a História das Mentalidades.¹⁴⁹

2.5 NOUVELLE HISTOIRE: A TERCEIRA GERAÇÃO

O ano de 1968 marca o início de uma nova fase na Escola dos *Annales*. Neste ano, Braudel passa a partilhar a direção da revista com um comitê.¹⁵⁰ Esta nova geração de historiadores que assume a liderança do movimento se autodenomina *Nouvelle Histoire* (Nova História). E apesar de alguns autores considerarem que a Nova História não possui ligação com os *Annales*, os historiadores desta geração sempre de novo se afirmam como herdeiros desta Escola.

Nos anos de 1970, o modelo historiográfico predominante (principalmente a História Serial-Quantitativa, mas também a História Total) passa a ser contestado. A História Nova abre-se para uma

139 BRAUDEL, [1978?], p. 53.

140 Cf. BRAUDEL, [1978?], p. 54.

141 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 285.

142 Este desenvolvimento tem início com os economistas a partir da História dos preços. Isto se deve à contribuição dos historiadores na busca por disponibilização e na organização de grandes massas de documentos de todos os tipos nos arquivos nacionais. Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 283.

143 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 290.

144 BARROS, 2012, v.5, p. 288.

145 BARROS, 2012, v.5, p. 288.

146 BARROS, 2012, v.5, p. 290.

147 BARROS, 2012, v.5, p. 297.

148 BARROS, 2012, v.5, p. 297.

149 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 285.

150 Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie, Mandrou fazem parte deste comitê. Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 303.

diversificação de objetos e dimensões de estudos de tal forma que há “uma certa fragmentação do conhecimento historiográfico”.¹⁵¹ Mas esta mudança na historiografia não ocorre apenas na Escola dos *Annales*. Para além deste movimento e para além da França, um novo padrão historiográfico começa a se apresentar:

novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os ‘retornos historiográficos’, há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior.¹⁵²

Apesar da considerável ampliação das temáticas, a terceira geração dos *Annales* não produziu inovações teóricas ou metodológicas.¹⁵³

A interdisciplinaridade, fundamental no programa da Escola, é apontada por Barros como o principal traço de unidade entre as três gerações. Para os historiadores da Nova História, o diálogo com a Antropologia passa a ocupar lugar de destaque, mas também a Linguística é de grande interesse na análise dos objetos históricos e na autoanálise da própria historiografia.¹⁵⁴

No final do século XX, a História Cultural ocupa lugar de destaque na historiografia. Ao lado dela, outras modalidades, como a História das Mentalidades e a Antropologia Histórica,¹⁵⁵ ganham notoriedade.¹⁵⁶ O interesse de historiadores desta geração (Robert Mandrou, Philippe Ariès, Michel Vovelle e Georges Duby) pelas mentalidades, levou à configuração de “um novo campo de estudos no espaço intradisciplinar da História”.¹⁵⁷ A História das Mentalidades, segundo Barros

está muito associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma ‘mentalidade coletiva’ que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem se operar rapidamente nos planos econômico e político).¹⁵⁸

Os métodos adotados neste campo de estudos envolvem a abordagem serial, a escolha de um recorte como lugar de projeção de atividades coletivas, ou ainda, a abordagem extensiva de fontes diversas.¹⁵⁹

A partir de 1989 é encaminhada, dentro do próprio movimento, a crítica desta terceira geração. Neste contexto há autores que se referem ao período posterior a 1989, que abarca as correntes mais recentes da historiografia, como a quarta geração dos *Annales*. Por se tratar de um período recente, torna-se difícil a sua avaliação. Mais algumas décadas serão necessárias para uma definição mais apropriada. De qualquer forma, a observação das três primeiras gerações já permite que se perceba a riqueza trazida por este movimento para a historiografia.

O próximo capítulo é reservado para a reflexão sobre as contribuições que podem ser proporcionadas pela Escola dos *Annales*, e pelos paradigmas abordados no capítulo anterior, à pesquisa de textos do Novo Testamento, e sobre a importância da pesquisa histórica para a interpretação destes textos.

151 BARROS, 2012, v.5, p. 314. A terceira geração dos *Annales* leva até as últimas consequências a liberdade temática característica do programa da escola. Exemplos disto são *Breve história das nádegas* (1995) de Luc Henning e *Histoire de la merde* (1978) de Dominique Laporte. BARROS, 2012, v.5, p. 327-328.

152 BARROS, 2012, v.5, p. 306.

153 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 328.

154 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 325-326.

155 Envolve temas como “hábitos, comportamentos, alimentação, vestimentas, células familiares - e também outros campos históricos como a história do corpo, a história da sexualidade, a história das enfermidades, a história das estruturas de parentesco, ou os estudos historiográficos sobre o folclore”. BARROS, 2012, v.5, p. 330-331.

156 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 330.

157 BARROS, 2012, v.5, p. 331.

158 BARROS, 2012, v.5, p. 345.

159 Cf. BARROS, 2012, v.5, p. 337.

3 HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA E INTERPRETAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO

Após analisar as principais características de dois paradigmas historiográficos e uma escola, pode-se chegar a uma espécie de visão geral do que foram os dois primeiros séculos da historiografia científica. A partir disto, pretende-se, em um primeiro momento, refletir sobre suas contribuições para o campo da Teologia, especificamente para a pesquisa de textos do Novo Testamento. Após isto, será abordada a forma como a pesquisa histórica foi considerada, ou não, no processo de interpretação destes textos ao longo da História da Igreja. Mas antes de partir para esta reflexão, é interessante perceber como um historiador, dentre os tantos que viveram nos últimos dois séculos, percebeu o relacionamento do cristianismo com a História:

O cristianismo é uma religião de historiador. Outros sistemas religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados, os cristãos têm livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os faustos da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada 'peregrinação' particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas.¹⁶⁰

Esta colocação de Marc Bloch exprime de forma precisa a conexão entre cristianismo e história. Mas, será possível que o estudo do Novo Testamento seja beneficiado pela historiografia científica, esta disciplina que em muitos momentos é radicalmente oposta a ele? Certamente muitos dos princípios propostos, dentro da variedade que se encontra na historiografia científica, não poderão ser aplicados à pesquisa dos textos bíblicos. São concepções incompatíveis ou que acarretam em dificuldades se aplicadas ao estudo destes textos. Por outro lado, vários aspectos que podem ser percebidos nos paradigmas e escola abordados parecem contribuir para um estudo do Novo Testamento, e também do Antigo Testamento, que esteja interessado em ser relevante para a atualidade. Pois, como bem identificado por Ska, "o mundo de hoje tornou-se 'crítico' no sentido positivo da palavra. Vale dizer, nenhuma pessoa inteligente de hoje lê a Bíblia de modo 'ingênuo' e infantil".¹⁶¹

Pensando nesta realidade imposta pela condição histórica atual, parece válido ponderar sobre as possibilidades e limitações que o diálogo com a historiografia (especificamente com o Positivismo, Historicismo e Escola dos Annales), pode ocasionar à pesquisa neotestamentária.

Na pesquisa exegética do Novo Testamento um passo metodológico importante para a compreensão do texto é a análise de seu contexto histórico. Neste sentido, há muito o que aprender com os historiadores. Independentemente de suas crenças particulares e do modo como encaram as narrativas bíblicas, eles se dedicam à prática historiográfica, contribuindo com métodos e teorias que auxiliam na compreensão dos mais variados documentos históricos, inclusive textos do Novo Testamento. A seguir são abordados alguns desses subsídios.

3.1 CONTRIBUIÇÕES DOS PARADIGMAS POSITIVISTA E HISTORICISTA E DA ESCOLA DOS ANNALES PARA A PESQUISA NEOTESTAMENTÁRIA

Seguindo a ordem de apresentação nos capítulos precedentes, primeiramente será abordado o paradigma positivista. O diálogo com este paradigma é particularmente difícil. Isto porque ele está

¹⁶⁰BLOCH, 2002, p. 42.

¹⁶¹SKA, Jean Louis. **A palavra de Deus nas narrativas dos homens**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 11.

fundamentado na concepção de que a teologia é apenas um estado primitivo da humanidade, que deve ser superado até que se chegue ao estado positivo, puramente intelectual e científico. A Teologia é considerada como vã doutrina e método provisório. Isto acaba levando a uma idolatria do ser humano com suas potencialidades. Comte, fundador do Positivismo francês, nos últimos anos de sua vida propõe uma nova religião, na qual o Deus dos cristãos é substituído pela Humanidade.¹⁶² Devido a esta característica, que fundamenta o Positivismo, torna-se difícil um diálogo com a pesquisa do Novo Testamento.

Já o Historicismo parece apresentar elementos que facilitam uma aproximação. Ele mesmo adotou elementos da Teologia na constituição de seu método, tais como a crítica documental e a hermenêutica. Uma contribuição valiosa deste paradigma foi sua ênfase na necessidade da utilização de critérios adequados à época que está sendo pesquisada. Não é incomum ouvir interpretações de textos bíblicos nas quais os aspectos culturais são tomados como regras válidas para a atualidade, sendo que com uma análise histórica mais apurada este tipo de equívoco poderia ser evitado. Portanto, o estabelecimento de critérios adequados para a pesquisa histórica, pode ser tomado como uma primeira contribuição do Historicismo.

Ao lado desta, destaca-se a consciência do historiador em relação à sua historicidade. Perceber que não apenas o texto foi escrito a partir de um ponto de vista, mas que o pesquisador também parte de um ponto de vista ao analisá-lo, e que isto influencia nos resultados de sua pesquisa, também é algo que pode ser aprendido do Historicismo. Se esta concepção não fosse procedente, certamente não haveria tantas interpretações diferentes dos mesmos textos bíblicos. É necessário admitir, o Novo Testamento foi escrito por sujeitos históricos, que narraram, a partir de seus pontos de vista, acontecimentos históricos, e que serão lidos e interpretados por sujeitos históricos a partir de seus próprios pontos de vista. Nenhum dos sujeitos envolvidos neste processo é imune à sua historicidade. É necessário que a pesquisa neotestamentária encare com seriedade este aspecto colocado em relevo pelo Historicismo. Ainda um último aspecto merece ser destacado. Contra o ideal positivista de reduzir as ciências sociais, ou ciências humanas, ao método das ciências da natureza, os historiadores historicistas empenharam-se na defesa da especificidade metodológica das ciências humanas. Defenderam então, que a intenção destas não é a explicação (postura metodológica das ciências naturais), e sim a compreensão. Busca-se, além das formas externas, o significado. A experiência vivida ganha espaço. As ciências humanas não são menos científicas por isto, mas possuem sua característica própria, sua metodologia própria. Esta conquista de espaço, da qual também a Teologia se beneficia, deve muito ao Historicismo. A desconfiança em relação às narrativas neotestamentárias, baseada em pressupostos de que somente a pesquisa empírica é científica, se vista a partir da concepção historicista, parece não ser tão procedente. Abre-se espaço para argumentação a favor das narrativas bíblicas.

Alguns traços destas contribuições do Historicismo também aparecem no programa da Escola dos *Annales*, pois, por ser uma escola, seus participantes são livres para aderir à teoria com a qual se identificam, inclusive com o Historicismo. Um ponto em comum é a preocupação dos annalistas com o anacronismo. Como já mencionado, critérios de análise adequados à época já eram defendidos pelos historicistas. Os historiadores da Escola dos *Annales* mostram profundo empenho em destacar a necessidade de uma análise interdisciplinar para que o anacronismo seja evitado. Este é um aspecto que se mostra como extremamente importante à pesquisa do contexto histórico dos escritos do Novo Testamento, e que traz credibilidade diante de um público crítico e acadêmico cuja tendência é aumentar nas comunidades. O diálogo com a Filologia, com a Linguística, com a Arqueologia, com a Psicologia, com a Filosofia, e com outras disciplinas que possam contribuir na pesquisa do Novo Testamento, enriquece a pesquisa e contribui para um passo seguinte que é a contextualização do texto. Esta constatação pode parecer óbvia, mas parece que ela se faz necessária como um incentivo a uma geração de teólogos, que ao mesmo tempo em que possui informações como nunca antes, corre

162Cf. GIANNOTTI, 1991, p. XIV.

o risco de se perder na comodidade oferecida pela tecnologia e deixar de se dedicar a um estudo aprofundado do texto bíblico.

Outra característica comum ao Historicismo é a busca pela compreensão. No caso da Escola dos *Annales* isto se dá por meio do que é denominado História-Problema. Nesta, ocorre um diálogo entre as temporalidades: procura-se compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente, através de um problema. O historiador, a partir de uma questão que se coloca no presente, se volta para o passado. Neste processo, ele não compreende apenas o passado, mas também a si mesmo. Esta é uma possibilidade que se apresenta também na interpretação de textos do Novo Testamento. Um exemplo, é a pesquisa exegética realizada para a preparação de uma pregação temática. O ponto de partida é um problema, o tema a ser tratado, que orientará a pesquisa. Ao final dela, espera-se que o exegeta tenha compreendido o passado, o texto em seu contexto, e que tenha compreendido algo de si. Mesmo quando não há um tema que direcione a pesquisa, a História-Problema pode ser aplicada à exegese. Pois, como destaca Bloch “os textos ou os documentos [...] não falam, senão quando sabemos interrogá-los”.¹⁶³ De fato, as narrativas neotestamentárias não respondem a toda e qualquer pergunta, elas foram escritas com uma intencionalidade e para compreendê-las é necessário que as perguntas certas sejam feitas. Isto ocorre sempre ao lado do cuidado para não cair no erro do anacronismo. O presente coloca uma questão ao passado, mas não transfere categorias típicas da atualidade para ele.

A dialética das durações também parece uma concepção útil ao estudo das narrativas neotestamentárias. Perceber que um acontecimento está sempre dentro de um contexto social, econômico, religioso, etc., e que por trás deste há ainda uma duração mais longa, pode ajudar a compreender os acontecimentos de forma mais significativa. Uma discussão entre Jesus e os fariseus (curta duração), por exemplo, certamente será melhor compreendida se a pesquisa contemplar o contexto do judaísmo da época (média duração). Mas a este judaísmo tardio subjaz toda a história de um povo que se inicia milhares de anos antes com Abraão (longa duração). Assim, uma pesquisa que considera a dialética das durações trará resultados valiosos para a interpretação dos acontecimentos narrados.

Necessidade da utilização de critérios adequados à época pesquisada; consciência do historiador em relação à sua historicidade; especificidade metodológica das ciências humanas; diálogo interdisciplinar; pesquisa orientada por um “problema”; e dialética das durações. Estas são algumas contribuições que a historiografia científica pode trazer à pesquisa dos textos do Novo Testamento. Isto considerando apenas o paradigma historicista e a Escola dos *Annales*. Estas contribuições parecem significativas para justificar uma aproximação à historiografia científica. Apesar disto, ainda hoje há quem considere desnecessária uma análise histórica dos textos do Novo Testamento. Esta questão será abordada no tópico a seguir.

3.2 A HISTORICIDADE DOS TEXTOS NEOTESTAMENTÁRIOS

Fee e Stuart apontam para duas posições que se apresentam frente à historicidade dos textos bíblicos. Por um lado, “há aqueles que pensam na Bíblia somente considerando sua relevância eterna [...] tendem a pensar nela apenas como uma coletânea de proposições a serem cridas e de imperativos a serem obedecidos”.¹⁶⁴ Nisto consiste o método fundamentalista que, segundo Wegner, “por insistir unilateralmente na autoridade divina dos textos [...] apresenta pouca sensibilidade para a condição humana de seus autores, com tudo o que isto implica”.¹⁶⁵ Por outro lado, “há algumas pessoas que

¹⁶³BLOCH, 2002, p. 79.

¹⁶⁴FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica**. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2011. p. 29.

¹⁶⁵WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia**. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 15.

acreditam que a Bíblia é meramente um livro humano, e que contém somente as palavras humanas na história. Para essas pessoas, a tarefa de interpretar é limitada à pesquisa histórica”.¹⁶⁶

As duas posturas parecem equivocadas, a primeira por excluir a historicidade da Bíblia e a segunda por não levar em conta a Revelação. Fee e Stuart o exprimem da seguinte forma:

Porque a Bíblia é *Palavra de Deus*, tem *relevância eterna*; fala para toda a humanidade em todas as eras e em todas as culturas [...] Mas porque Deus escolheu falar sua Palavra através de *palavras humanas na história*, todo livro na Bíblia também tem *particularidade histórica*; cada documento é condicionado pela linguagem, pela época e pela cultura em que originalmente foi escrito (e em alguns casos também pela história oral que teve antes de ser escrito). A interpretação da Bíblia é exigida pela “tensão” que existe entre sua *relevância eterna* e sua *particularidade histórica*.¹⁶⁷ (grifo do autor).

Esta particularidade histórica da Bíblia não foi percebida apenas a partir da historiografia científica, ou do método histórico-crítico, que surgiu no mesmo período. A valorização do aspecto histórico dos textos bíblicos remonta ao período da patrística. Neste período, surgem duas escolas de pensamento, a de Antioquia e a de Alexandria. Os teólogos ligados à primeira enfatizavam o sentido histórico do texto. Dois nomes de destaque nesta escola são Teodoro de Mopsuéstia e João Crisóstomo. Em relação aos adeptos dessa escola Scholz afirma que, “na medida em que levavam a sério o sentido histórico e raramente faziam interpretação alegórica, mesmo quando escreviam sermões, podem ser considerados precursores do método histórico-gramatical”.¹⁶⁸ Os teólogos ligados à escola de Alexandria, por sua vez, defendiam o método alegórico. Nome de destaque nesta escola é Orígenes, que “deu continuidade à tradição de Filo, inspirada no platonismo”.¹⁶⁹ O método que acabou se sobressaindo, e que determinou a interpretação ao longo da Idade Média, foi o alegórico. Mas este método não foi utilizado sem qualquer parâmetro. Para que não surgissem heresias ele foi submetido à doutrina da Igreja. A partir de então esta doutrina determinou a interpretação dos textos bíblicos.¹⁷⁰

No século V, João Cassiano desenvolveu o método que ficou conhecido como quadriga.¹⁷¹ Neste, quatro sentidos do texto eram enfatizados: histórico ou literal; alegórico ou cristológico; tropológico ou moral; e anagógico ou escatológico.¹⁷² Somente no século XVI, com a Reforma, a exegese alegórica foi contestada. Lutero voltou a enfatizar o sentido literal do texto e defendeu a autoridade da Escritura na interpretação¹⁷³ em detrimento da autoridade eclesiástica. Xavier explica que “toda esta ênfase nas Sagradas Escrituras tem como consequência uma crítica teológica e uma crítica histórica em relação a certos livros que a compõem”, e assim surge o critério “was Christum treybet, isto é, o que prega a Cristo”.¹⁷⁴ Além de Lutero, o reformador Calvino também valorizou a utilização de métodos históricos e filológicos em sua prática exegética.¹⁷⁵

A partir do Iluminismo, “o que é histórico passou a ser visto como relativo. A Bíblia foi tratada como qualquer outro livro antigo”¹⁷⁶ sem ser levada em conta a inspiração divina. Surge então, no século XVIII¹⁷⁷ o método histórico-crítico. Em relação a este método Wegner explica que

é um método histórico, em primeiro lugar, porque lida com fontes históricas que, no caso da Bíblia, datam de milênios anteriores a nossa era. Em segundo lugar, porque analisa estas mesmas fontes dentro de uma perspectiva de evolução histórica, procurando determinar os diversos estágios da sua formação e crescimento, até terem adquirido sua forma atual. E, em

166 FEE, STUART, 2011, p. 28.

167 FEE, STUART, 2011, p. 28.

168 SCHOLZ, Vilson. **Princípios de interpretação bíblica**: introdução à hermenêutica com ênfase em gêneros literários. Canoas: ULBRA, 2006. p. 83.

169 SCHOLZ, 2006, p. 83.

170 Cf. SCHOLZ, 2006. P. 85.

171 Cf. SCHOLZ, 2006, p. 85. Segundo Xavier, o método é atribuído por alguns autores à Agostinho de Hipona. Cf. XAVIER, Luiz F. O método histórico-crítico: origem, características e passos metódicos. In: **Davar Polissêmica**. Belo Horizonte, v. 3, n.1, 2012, p. 1-19. p. 2.

172 Cf. XAVIER, 2012, p.2-3.

173 A Escritura interpreta a si mesma.

174 SCHOLZ, 2006, p. 86.

175 Cf. XAVIER, 2012, p. 3.

176 SCHOLZ, 2006, p. 87.

177 “Johann S. Semler (1725-1791) é considerado o pai do método histórico-crítico”. XAVIER, 2012, p.11.

terceiro lugar, porque se interessa substancialmente pelas condições históricas que geraram essas fontes em seus diversos estágios evolutivos.¹⁷⁸

Este método, por influência do iluminismo, “caracteriza-se, sobretudo, por ser eminentemente racional e insistentemente questionador”.¹⁷⁹ Segundo Scholz “o princípio da crítica é a adoção da dúvida como método”.¹⁸⁰ O teólogo Ernst Troeltsch, no final do século XIX, estabeleceu três princípios norteadores para o método: crítica, analogia e correlação. A crítica relaciona-se à compreensão de que os resultados da pesquisa histórica não podem requerer certeza absoluta, por isto os conteúdos devem ser “submetidos a juízos de maior ou menor probabilidade histórica”.¹⁸¹ Segundo o princípio da analogia, “a facticidade histórica de fenômenos é tanto maior, quanto maior for a concordância entre estes e outros fenômenos facilmente atestáveis e verificáveis”,¹⁸² ou seja, “o que não pode ser histórico hoje não pode ter sido histórico em tempo algum”.¹⁸³ A correlação refere-se à relação de dependência mútua entre os acontecimentos.¹⁸⁴

Lopes afirma que a intenção do método histórico-crítico foi “esclarecer, mediante o uso metódico da razão, a confusão reinante entre Palavra de Deus e Escritura, para separar a verdade do erro, a fé da superstição”.¹⁸⁵ Afirma ainda que a declaração de Lutero “‘was Christum treibet’ (aquilo que nos impulsiona a Cristo)”¹⁸⁶ foi utilizada por diversos críticos para legitimar a busca de um cânon dentro do cânon. Esta atitude é avaliada por ele da seguinte forma: “ao se lançar nessa tarefa de cavar nas Escrituras para descobrir o divino por debaixo dos supostos mitos, tradições humanas e erros, o método histórico-crítico aventurou-se para além dos seus limites próprios”.¹⁸⁷ Outra crítica severa refere-se à intenção de neutralidade do método e à compreensão de que através dele seria possível separar verdadeiro e falso:

A nota de triunfo que acompanhou o seu surgimento se deveu, em primeiro lugar, à perda da consciência de que o pecado havia afetado a capacidade de raciocínio no homem. Retornou o ideal grego de que o homem é a medida de todas as coisas. Esquecidos dos efeitos noutéticos da Queda, os críticos eram otimistas ao crer que o raciocínio puro e lógico seria capaz de descobrir e aferir a verdade em todas as áreas.¹⁸⁸

Lopes aponta para os entusiastas desse método que defendem que através dele se progrediu mais do que nos milhares de anos anteriores. Em oposição a isto ele declara que “estranhamente, contudo, os exegetas histórico-críticos não conseguem chegar a um acordo em quase nenhum ponto relacionado com a reconstrução histórica da formação dos livros e do cânon dentro do cânon das Escrituras”.¹⁸⁹ Este aspecto também é destacado por Wegner ao afirmar que o método “apresenta resultados sempre parcialmente questionáveis, ou seja, não oferece a segurança desejável em suas posições”.¹⁹⁰

Wegner ainda destaca que os pressupostos do método são incompatíveis com o caráter da revelação bíblica quando usados de forma absolutizada, em especial o critério da analogia, pois, “este, uma vez radicalizado, praticamente impediria a admissão de revelações divinas únicas ou excepcionais, como a ressurreição de Jesus”.¹⁹¹ Mas, ao lado dos aspectos negativos, aponta para contribuições que este método trouxe à pesquisa:

178 WEGNER, 2007, p. 17.

179 WEGNER, 2007, p. 18.

180 SCHOLZ, 2006, p. 88.

181 WEGNER, 2007, p. 18.

182 WEGNER, 2007, p. 18.

183 SCHOLZ, 2006, p. 88.

184 Cf. WEGNER, 2007, p. 18.

185 LOPES, Augustus N. **O dilema do método histórico-crítico na interpretação bíblica**. In: Fides Reformata. São Paulo, v. X, n. 1, 2015, p. 115-138, p. 120.

186 LOPES, 2015, p. 121.

187 LOPES, 2015, p. 124.

188 LOPES, 2015, p. 120.

189 LOPES, 2015, p. 120.

190 WEGNER, 2007, p. 20.

191 WEGNER, 2007, p. 19.

a aplicação rígida dos princípios da historiografia profana às tradições sagradas logrou alguns avanços indiscutíveis no melhor conhecimento das tradições e dos textos bíblicos, bem como de sua gênese histórica e condicionamentos culturais. Sem essa 'crítica' aplicada de maneira sistemática à Bíblia, dificilmente teríamos hoje em dia os inestimáveis avanços em áreas como a da crítica textual, crítica literária e crítica redacional.¹⁹²

Outra contribuição é o fato de levar a sério “que os textos bíblicos são expressão da revelação divina à humanidade em situações históricas bem concretas e definidas. Por estarem distantes de nós como intérpretes, estas carecem de estudo e aprofundamento especiais, para que possam ser devidamente entendidas”.¹⁹³ Wegner propõe utilizar o termo crítica como “uso de um juízo sadio que busca realmente as raízes dos textos, seja como eventos históricos que, de fato, ocorreram, seja como expressão de crenças e esperanças que cabia proclamar”.¹⁹⁴

Através desta breve visão panorâmica,¹⁹⁵ pode-se perceber que desde cedo, já na patrística, é reconhecida a importância do contexto histórico para a interpretação dos textos bíblicos. Percebe-se também que este reconhecimento não é unânime. Sempre houve discordâncias em relação ao papel do contexto histórico. Por um longo período prevaleceu a interpretação alegórica, depois o contexto histórico voltou a ter seu valor reconhecido, mas, a partir da modernidade, como resultado inevitável do pensamento iluminista, a dúvida passou a ser a postura metodológica em relação à historicidade dos textos bíblicos. Mas esta compreensão também é não partilhada por todos. Muitas críticas têm sido dirigidas ao método histórico-crítico. Alguns o rejeitam totalmente e com isto perdem a dimensão histórica dos textos. Outros a internalizam de tal forma que, como bem expressa Wegner, acabam por se assenhorar do texto e “o resultado é que se interpreta o texto, mas não se escuta mais nele uma interpelação para a nossa vida. A Bíblia, nesses casos, pode tornar-se extremamente interessante, mas pouco relevante para a vida”.¹⁹⁶

A intenção deste trabalho não é indicar o método mais adequado a ser utilizado na interpretação Bíblica. Parece que o condicionamento histórico impõe um limite à capacidade humana de emitir um julgamento apropriado e mesmo de desenvolver um método infalível. O que se intenta é destacar a importância do reconhecimento da historicidade a que o ser humano se encontra condicionado. Esta historicidade envolve todos os aspectos das atividades humanas, entre elas a pesquisa de textos bíblicos. E a historiografia científica é de grande auxílio para este reconhecimento. O que é preciso ter em mente é que a Bíblia é um documento histórico, mas não se limita a isto. Sua especificidade é a Revelação e ela precisa ser levada em conta. Pensando nisto, parece oportuno que esta reflexão seja encerrada com as palavras de Paul Ricoeur que contemplam as questões acima destacadas:

Fundamentalmente, partilho de suas recusas e de suas suspeitas: a recusa de uma teologia puramente especulativa, que esvaziaria de seu discurso toda referência às narrativas sobre Israel, Jesus e a Igreja primitiva; a recusa de uma teologia de orientação moral, que só reteria os ensinamentos atemporais de um monoteísmo ético; além disso (e desses três pontos este é o mais delicado), uma antipatia por uma teologia existencial indiferente à dimensão histórica, que estaria exclusivamente atenta à irrupção da palavra no instante da decisão de fé. Aceito igualmente as afirmações que subentendem essas recusas. Primeiro, o discurso teológico, por conceitual que possa e deva ser, só pode elaborar o horizonte de significação implícito às narrações e símbolos constitutivos das tradições judaica e cristã. Segundo, se o discurso teológico não consiste em extrair generalidades sem substâncias das narrações relatadas pelas Escrituras, deve destacar a inteligibilidade imanente às narrativas contadas, a partir de nossas próprias histórias e narrativas individuais e comunitárias. Finalmente, em contraste com uma teologia existencial que exalta o instante da decisão, uma teologia narrativa leva em conta a longa duração de uma história de muitos milênios, tal como está concentrada nos dois Testamentos.¹⁹⁷

192 WEGNER, 2007, p. 19.

193 WEGNER, 2007, p. 21.

194 WEGNER, 2007, p. 21-22.

195 Há ainda outras formas de interpretação dos textos bíblicos que surgiram ao longo da História da Igreja e principalmente na modernidade.

Por motivo de espaço não será possível abordá-las em detalhes. Destaca-se a posição da ortodoxia que após a Reforma Protestante fecha-se a qualquer posicionamento crítico. Seu fundamento encontra-se na inspiração verbal das Escrituras e na crença em sua infalibilidade, o que acarreta na perda da historicidade. Cf. Xavier, p.5. Um exemplo atual de interpretação é o estruturalismo, método que destaca a identidade própria e autonomia do texto. Também neste a historicidade do texto não é valorizada. Cf. WEGNER, 2007, p. 16.

196 WEGNER, 2007, p. 20.

197 RICOEUR, Paul. **A hermenêutica bíblica**. São Paulo: Loyola, 2006. p. 285-286.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa relacionada a outra área do saber, a História, a elaboração do presente trabalho foi especialmente desafiadora. A maior dificuldade que se apresentou foi a quantidade de bibliografia disponível para consulta na biblioteca. Foi necessário optar pela aquisição de uma coleção que aborda os temas da historiografia pesquisados e se ater às informações ali apresentadas. Mas, as literaturas disponíveis na internet possibilitaram confirmar a validade destas informações. Por conta disto, compreende-se que a pesquisa não foi prejudicada por se ater principalmente às explicações procedentes da coleção Teoria da História. Outra dificuldade que surgiu ao longo do processo de elaboração do trabalho foi a escolha e delimitação em relação ao conteúdo a ser apresentado em cada capítulo. Por se tratar de um período que envolve dois séculos e muitos historiadores, optou-se por abordar as informações mais relevantes para o diálogo com a pesquisa de textos bíblicos.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa dos paradigmas positivista e historicista e da Escola dos *Annales*, percebeu-se que o diálogo com a historiografia científica se apresenta como uma oportunidade de enriquecimento para a pesquisa de textos do Novo Testamento. Especialmente a maneira como é compreendida a historicidade dos textos e dos seus autores e intérpretes.

Neste processo de aproximação e diálogo, constatou-se a necessidade de uma postura crítica, pois apesar de muitas contribuições há aspectos incompatíveis com a forma como a natureza dos textos bíblicos é concebida na Teologia. O Positivismo é um exemplo de como é importante o conhecimento da teoria que fundamenta um paradigma. A forma como o saber teológico é percebido no Positivismo leva à impossibilidade de estabelecimento de um diálogo. Este paradigma também demonstra de forma clara os resultados a que levam a absolutização da racionalidade, pois quando o homem é tomado por medida de todas as coisas, uma idolatria das capacidades humanas parece inevitável.

O Historicismo de caráter mais relativista, possibilita a reflexão sobre a historicidade a que todos os seres humanos, e conseqüentemente aquilo que produzem, inclusive os textos, estão submetidos. Esta consciência parece especialmente importante para o intérprete de textos bíblicos. Aqui novamente cabe uma assimilação crítica. Apesar de reconhecer sua condição histórica e de estar consciente de que realiza sua pesquisa a partir de pontos de vista, o intérprete de textos bíblicos não pode descartar a especificidade do texto bíblico: a Revelação. A possibilidade de defender, frente a questionamentos advindos da cientificidade moderna, que este aspecto não torna a interpretação bíblica irracional ou menos válida, é também uma contribuição do Historicismo decorrente de sua defesa da especificidade metodológica das ciências humanas.

Do programa da Escola dos *Annales* pode-se assimilar a valorização da interdisciplinaridade. A utilização de recursos provenientes de outras áreas não é novidade na pesquisa exegética, mas é de grande valor a percepção de que esta prática é um instrumento eficiente no combate ao anacronismo e que por isto deve ser sempre levada em conta na interpretação de textos bíblicos. A História-problema, outra contribuição dos *Annales*, se liga à percepção dos pontos de vista do pesquisador destacados pelos historicistas. Se o intérprete não pode realizar a pesquisa sem ser afetado por seus pontos de vista, é importante então que ele reconheça que estes o influenciam na escolha do problema que orientará sua pesquisa. Este reconhecimento pode parecer uma fragilidade, mas na realidade confere mais credibilidade à pesquisa, evidenciando a honestidade do pesquisador. Afinal de contas, qual é a área em que a pesquisa não é influenciada pelos pontos de vista do cientista? Bloch chama atenção para o fato de que até as ciências naturais são afetadas pela eterna relatividade da medida. A História-Problema também leva em conta o diálogo entre as temporalidades: o presente é compreendido pelo passado e o passado é compreendido pelo presente. Na interpretação de textos bíblicos esta dimensão se torna de fato essencial, visto que o texto é analisado a partir de questionamentos do

presente, e seu estudo resulta em contribuições para o presente do intérprete e da comunidade a quem a interpretação será apresentada.

Através de uma breve rememoração da forma como o contexto histórico dos textos do Novo Testamento foi considerada na História da Igreja, especialmente a partir do século XVIII com o método histórico-crítico, duas posturas foram detectadas: a desconsideração e a valorização deste aspecto. A desconsideração parece uma postura incompatível com a própria natureza do Novo Testamento. Ele foi escrito por pessoas historicamente condicionadas, em um período localizável da história que difere do período atual em diversos aspectos. Portanto, a natureza histórica do Novo Testamento não deve ser desconsiderada. Por outro lado, a compreensão de que se trata apenas de um documento histórico sem levar em consideração a realidade da Revelação é tão prejudicial quanto a negação de sua historicidade. O princípio da analogia não se aplicará a diversas passagens do Novo Testamento, como as narrativas de milagres e a ressurreição de Jesus Cristo, por exemplo. Isto não significa que não sejam verdadeiras. Além do mais, o Novo Testamento não foi escrito para ser uma prova científica nos moldes modernos da vida de Jesus Cristo e dos primeiros anos da Igreja. Ele foi escrito como testemunho de fé de seus escritores e das primeiras comunidades cristãs. Contém narrativas de acontecimentos que produziram significado em suas vidas e que querem trazer significado à vida das pessoas que a eles terão acesso no futuro.

Os textos do Novo Testamento, mais do que qualquer outro documento histórico, mostram-se como um desafio aos seus intérpretes. Isto porque não permitem que o ser humano se coloque como medida daquilo que é possível ou não. Exigem submissão. Isto não significa que excluam uma pesquisa científica ou racionalmente conduzida. Não se exige que o pesquisador abra mão de sua capacidade de raciocínio para interpretar estes textos. Mas chegará um ponto em que precisará admitir suas limitações. Neste momento duas posturas são possíveis: fé ou descrença. Também isto não poderá ser decidido pela capacidade de raciocínio do ser humano, o que lhe impõe mais uma vez uma limitação. E se há algo que o ser humano não aprecia é ser limitado. O reconhecimento de que não é a medida de todas as coisas consiste em um milagre. E mesmo aqueles que chegam a tal reconhecimento parecem lutar durante toda sua vida com o desejo de tudo conhecer.

Esta é a luta que passou a marcar a história da autora deste trabalho desde que iniciou seus estudos acadêmicos de Teologia. E foi esta luta que levou a escolha do tema deste trabalho de conclusão de curso. Neste sentido, a pesquisa, mesmo que breve e sem chegar a aprofundar o estudo da forma desejada, contribuiu para a percepção de que em última análise, nenhuma área do conhecimento humano lhe fornecerá certezas absolutas. Todas exigem uma decisão de fé. Diante desta realidade, é motivo de alegria que sua fé não esteja firmada em conhecimentos humanos limitados, mas na loucura da cruz de Cristo, a única que traz esperança em meio ao desespero que as limitações da racionalidade humana impõem.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, v. 2.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, v. 1.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2012, v. 5.
- BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a historische zeitschrift. In: **Revista de Teoria da História**. [Goiânia], v. 3, n. 1, jun./2010. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BENTIVOGLIO.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. [São Paulo]:Perspectiva, [1978?].
- BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- FACULDADE LUTERANA DE TEOLOGIA - FLT. **Manual de metodologia da pesquisa científica: normas técnicas para apresentação de trabalhos acadêmicos da FLT**. São Bento do Sul, SC: União Cristã, 2015.
- FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lê?: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica**. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- FINK, Carole. **Marc Bloch: a life in history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- JAMES, Henry. **Literary criticism: french writers, other european writers, the prefaces to the New York edition**. New York: Library of America, 1984. v. 2.
- LOPES, Augustus N. O dilema do método histórico-crítico na interpretação bíblica. In: **Fides Reformata**. São Paulo, v. X, n. 1, 2015.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias**. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 3.
- RICOEUR, Paul. **A hermenêutica bíblica**. São Paulo: Loyola, 2006.
- SCHOLZ, Vilson. **Princípios de interpretação bíblica: introdução à hermenêutica com ênfase em gêneros literários**. Canoas: ULBRA, 2006.
- SKA, Jean Louis. **A palavra de Deus nas narrativas dos homens**. São Paulo: Loyola, 2005.
- WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia**. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- XAVIER, Luiz F. O método histórico-crítico: origem, características e passos metódicos. In: **Davar Polissêmica**. Belo Horizonte, v. 3, n.1, 2012.